



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16542 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT08 - Formação de Professores

PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: EXPERIÊNCIA INTEGRADORA DAS LICENCIATURAS DO IFRN

Edna Oliveira da Paz - IFRN/CAMPUS NATAL - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE

José Moisés Nunes da Silva - IFRN/CAMPUS NATAL - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE

PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: EXPERIÊNCIA INTEGRADORA DAS LICENCIATURAS DO IFRN

1 INTRODUÇÃO

O Programa Residência Pedagógica (PRP), uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores, foi instituído pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por meio do Edital nº 06/2018, com o objetivo de induzir o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica, a partir da segunda metade de seu curso. Em seguida, o Programa foi reeditado duas vezes: em 2020, por meio do Edital Capes nº 01/2020; e em 2022, pelo Edital Capes nº 24/2022.

Em todos os três Editais, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) foi selecionado para implementação de projetos inovadores que estimulassem a articulação entre teoria e prática nos cursos de licenciatura ofertados, conduzidos em parceria com escolas públicas da

Redes Estadual de Educação do Rio Grande do Norte.

Nesse sentido, o trabalho tem como objetivo realçar o desenvolvimento do Projeto Institucional do IFRN ressaltando a sua articulação das licenciaturas com o estágio curricular e as escolas públicas. O estudo propõe como questão norteadora: as concepções do projeto institucional do IFRN submetido ao Edital Capes nº 24/2022, favorece a conexão das licenciaturas com o estágio supervisionado e o aperfeiçoamento da formação inicial de professores? Metodologicamente, o estudo é de natureza quantitativa, fazendo uso de pesquisa bibliográfica e de análise documental.

2 O PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

O PRP, de acordo com a Portaria Capes nº 82/2022 que o regulamentou, tem por finalidade fomentar projetos institucionais a serem implementados por Instituições de Ensino Superior (IES), contribuindo para o aperfeiçoamento da formação inicial de professores da educação básica nos cursos de licenciatura. Com efeito, o Programa tem como objetivos: I) fortalecer e aprofundar a formação teórico-prática de estudantes de cursos de licenciatura; II) contribuir para a construção da identidade profissional docente dos licenciandos; III) estabelecer corresponsabilidade entre IES, redes de ensino e escolas na formação inicial de professores; IV) valorizar a experiência dos professores da educação básica na preparação dos licenciandos para a sua futura atuação profissional; e V) induzir a pesquisa colaborativa e a produção acadêmica com base nas experiências vivenciadas em sala de aula (Brasil, 2022a).

De acordo com a referida Portaria, o PRP será desenvolvido por um *Coordenador Institucional* (professores com titulação de mestre ou de doutor, pertencente ao quadro permanente da IES e em efetivo exercício, ministrando disciplina em curso de licenciatura; possuir experiência mínima de três anos como docente do ensino superior em curso de licenciatura; e possuir experiência na formação de professores ou na educação básica); por *Docentes Orientadores* (professores com titulação de mestre ou de doutor; possuir experiência mínima de três anos como docente do ensino superior em curso de licenciatura; e possuir experiência na formação de professores ou na educação básica); por *Preceptores* (professores licenciados em efetivo exercício, com atuação em sala de aula; e possuir experiência mínima de dois anos no magistério da educação básica); e por *Residentes* (alunos regularmente matriculados em curso de licenciatura da IES e ter cursado o mínimo de 50% do curso ou estar cursando a partir do 5º período) (Brasil, 2022a).

Como se pode perceber, o PRP, por um lado, visa aperfeiçoar a formação pedagógica dos futuros licenciandos (residentes), facilitada pela experiência dos professores que atuam na educação básica das escolas públicas e, por outro, garantir que os responsáveis pelo desenvolvimento do Programa nas IES (coordenador institucional, professores orientadores e preceptores), tenham formação e experiência adequadas à finalidade estabelecida para o Programa.

O Edital Capes nº 24/2022, disponibilizou 30.840 cotas de bolsa para residentes, distribuídas entre 250 projetos institucionais a serem desenvolvidos pelas IES contemplando, entre outros, os seguintes aspectos (Brasil, 2022b):

- i. formação voltada para o exercício da profissão e para a construção da identidade docente;
- ii. articulação entre formação inicial e formação continuada, ancorada na socialização de reflexões, inovações pedagógicas e aprendizagens entre residentes, preceptores e docentes orientadores;
- iii. imersão do licenciando no cotidiano da escola, visando a compreensão da cultura escolar em toda a sua complexidade;
- iv. acompanhamento e orientação qualificada dos licenciandos por professores da educação básica e da educação superior;
- v. valorização da escola como espaço privilegiado de produção de conhecimentos específicos, tendo como princípio a indissociabilidade entre teoria e prática na formação docente;
- vi. atuação dos residentes em atividades de regência de classe e de intervenção pedagógica, bem como na elaboração de materiais didáticos inovadores;
- vii. realização de pesquisas colaborativas e produções acadêmicas conjuntas; e
- viii. possibilidade de integração entre as atividades de residência pedagógica e o estágio supervisionado do curso de licenciatura.

Assim, constata-se que o PRP visa promover o aperfeiçoamento da práxis pedagógica dos licenciandos (residentes), a partir do contato com a complexa realidade da escola pública e de sua imersão em sala de aula, onde poderá explorar os conhecimentos adquiridos na primeira metade do seu curso de licenciatura, bem como possibilita à realização do estágio supervisionado obrigatório por meio do Programa, o que dinamiza a formação inicial docente.

3 O PROJETO INSTITUCIONAL DO PRP NO IFRN

O Projeto Institucional (PI) do PRP construído pelo IFRN e aprovado na chamada pública do Edital Capes nº 24/2022, é o instrumento orientador das concepções e práxis que permeiam a experiência institucional no âmbito do Programa. As diretrizes conceituais e operacionais presentes nesse documento estão articuladas com a Portaria Capes nº 82/2022, os Projetos Pedagógicos dos cursos de licenciatura do IFRN, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Instituição.

De acordo com o PI/IFRN, as dimensões orientadoras do PRP são constituídas de quatro dimensões: I) **Eixos**, compreendendo: formação inicial dos licenciandos residentes; formação continuada dos docentes orientadores e dos preceptores; pesquisa colaborativa; e espaço escolar como o lócus central para a construção da identidade profissional; II) **Princípios**: formação humana integral; realidade concreta como síntese de múltiplas relações; compreensão de ser humano como seres histórico-sociais-críticos capazes de transformar a realidade; integração entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura; e pesquisa como princípio pedagógico; III) **Fundamentos**: articulação teoria e prática; organização didático-pedagógica progressista; pedagogia para a autonomia e gestão democrática; e educação profissional como campo epistêmico; e IV) **Práxis dos estágios supervisionados docentes obrigatórios**: imersão em sala de aula (IFRN, 2022).

Além disso, o PI/IFRN, em consonância com o Edital nº 24/2022 e com a regulamentação do estágio supervisionado obrigatório na Instituição, prevê um total de 400 horas de atividades organizadas em quatro módulos, com temporalidade de 4,5 meses cada um, perfazendo 18 meses de experiência: I) Formação dos Núcleos e Integração das Equipes de bolsistas residentes, preceptores e orientadores para a ambientação na Escola (100h); II) Primeira etapa da Imersão do residente na escola-campo (100h); III) Segunda etapa da Imersão do residente na escola-campo (100h); e IV) Produção, avaliação e socialização de Resultados do PRP/IFRN (100h) (IFRN, 2022).

Esses módulos envolvem seminário de introdução e de finalização do PRP; realização de curso de formação de preceptores; elaboração de plano de atividades a ser realizado em cada Módulo; diagnóstico da escola-campo; estudos sobre tendências pedagógicas, conteúdos específicos de cada licenciatura e metodologias de ensino; observação de atuação dos preceptores; planejamento da intervenção de regência de classe; regência em sala de aula; e elaboração do relatório de experiência do residente.

Nessa terceira edição do PRP, o IFRN contou com uma coordenação institucional, 17 docentes orientadores, 50 preceptores e 310 residentes, sendo 255 bolsistas remunerados, 55 voluntários e 5 apoios técnicos e contemplou os subprojetos dos cursos de licenciatura de Biologia, Computação, Espanhol, Física,

Geografia, Matemática e Química, distribuídos em 25 escolas-campos da Rede Estadual de Educação do Rio Grande do Norte.

Os bolsistas residentes beneficiados com o fomento do PRP são discentes com matrícula ativa nos cursos de licenciaturas do IFRN, que cursaram, no mínimo, de 50% do curso ou que estivessem no 5º período; os docentes orientadores são os docentes supervisionam o estágio obrigatório dos residentes, estabelecendo relações entre teoria e prática; e os preceptores são professores das escolas-campo de educação básica que acompanham os residentes.

A formação integradora promovida no âmbito do PRP, por meio das aprendizagens práticas oportunizadas pela experiência com a realidade da escola-campo, vai ao encontro dos objetivos da oferta dos cursos de licenciatura postulados nos documentos institucionais do IFRN e é essencial para o licenciando em formação.

Em sintonia com o PI/IFRN, seus subprojetos têm como objetivos: assegurar no IFRN, a realização da oferta de licenciatura sintonizada com políticas e programas destinados à formação inicial do professor; relacionar a formação inicial com a filosofia da práxis; desenvolver a identidade profissional da docência; aproximar os residentes do campo epistêmico da educação profissional; e reflexões sobre os desafios contemporâneos das políticas educacionais e de formação docente.

Enfim, pode-se inferir que o desenvolvimento do PRP no IFRN vislumbra construir espaços de discussão de diferentes formas para compreender a complexidade da escola pública com o propósito de socializar as vivências e experiências dos licenciandos residentes, dos professores orientadores, dos preceptores da Redes Estadual de Educação do Rio Grande do Norte e dos alunos das escolas públicas de educação básica.

4 A CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO DOCENTE NO PRP DO IFRN

A formação docente se relaciona com a aprendizagem de diversos saberes, entre as quais a prática reflexiva, a teoria especializada e a formação política humanística. Nesse prisma, a formação deve articular teoria, prática e a capacidade de transformação do contexto de trabalho docente (Pimenta, 2012).

Para Imberón (2000) é na reflexão e na ação que se desenvolve o profissional com autonomia e potência de transformação para a prática social. Assim, no âmbito do PRP no IFRN, a formação docente é concebida como prática

social, sustentada pela teoria da práxis, e tributária da autonomia e emancipação dos residentes.

Segundo Sacristán (2012, p.65), “[...] a fertilidade de uma epistemologia da práxis só ocorre se considerarmos inseparáveis teoria-prática no plano da subjetividade do sujeito (professor), visto que sempre há um diálogo do conhecimento pessoal com a ação”. Por isso, os saberes teóricos ganham intensidade quando se articulam com os saberes da prática, o que é fundamental para a consolidação da identidade do professor.

Nesse sentido, o papel dessa teoria consubstanciada no PI/IFRN é fornecer aos residentes novas perspectivas de análise da realidade concreta, favorecendo à compreensão dos contextos históricos, sociais, culturais, políticos e econômicos que permeiam a educação escolar brasileira, além da percepção de si enquanto profissionais.

Com efeito, o ponto de aproximação entre o PI/IFRN e os subprojetos propõe a superação da dicotomia teoria-prática materializada nos tradicionais estágios curriculares obrigatórios, de modo que, no âmbito do PRP, possa ser ressignificada à luz de uma nova experiência formativa de docentes.

Vale ressaltar, que o exercício profissional inicial de docentes no Brasil requer o estágio supervisionado obrigatório, um componente curricular integrante do Projeto Pedagógico de Curso de licenciatura, que deve articular formação acadêmica e mundo do trabalho. Ou seja, o estágio visa preparar o estudante para a vida cidadã e para o trabalho, tendo por objetivos a ampliação dos conhecimentos, o desenvolvimento de competências e comportamentos adequados ao relacionamento socioprofissional.

[...] o estágio, nessa perspectiva, ao contrário do que se propugnava, não é atividade prática, mas atividade teórica, instrumentalizadora das práxis docentes, entendida esta como a atividade de transformação da realidade. Nesse sentido, o estágio atividade curricular é atividade teórica de conhecimento, fundamentação, diálogo e intervenção na realidade este sim objeto das práxis. (Pimenta; Lima, 2005/2006, p. 14).

Por meio do estágio, espera-se que o estudante desenvolva uma visão geral sobre a escola pública e sobre a atividade de gerenciamento da sala de aula, pois é o entrelaçamento de tais atividades que propiciam o bom funcionamento escolar.

Nesse sentido, concorda-se com Paixão (2012), quando assevera que o estágio se configura como um campo de conhecimento e, como tal, ganha um estatuto epistemológico que permite a superação de práticas de imitação e de

reprodução de técnicas sem análises e reflexões demandadas por este espaço formativo. Além disso, é um ato educativo que se constrói pela interação entre os cursos de formação inicial e o campo social, com o objetivo de desenvolver capacidades profissionais, por meio de experiências fundamentadas em concepções de educação e modelos de intervenções didático-pedagógicas que priorizam o contexto de trabalho como espaço de construção de conhecimentos, apropriação e mobilização de saberes em processos contínuos de ação-reflexão-ação.

Dessa forma, o diálogo do PRP com o estágio docente se materializa pela antecipação da imersão do residente na escola pública, uma vez viabiliza aos residentes assumirem, pela primeira vez, atividades laborais imprescindíveis para a construção da identidade profissional, a qual passa, inexoravelmente, pela prática da profissão, entendida aqui como um trabalho praticado habitualmente a serviço de outras pessoas ou como prática contínua de um ofício.

O PRP no IFRN oportuniza aos residentes a sistematização de saberes plurais, reconhecendo e valorizando as experiências de vida dos sujeitos (sua cultura, valores, relações afetivas, etnia etc.) e os conhecimentos específicos do curso de licenciatura que se vinculam. Esses saberes são transformados em conhecimento e retornam às práticas sociais na forma de saberes populares, ou seja, são resultados da relação entre o sujeito cognoscente e a realidade exterior cognoscível.

Nesse sentido, o PRP no IFRN ressalta a importância da práxis na consolidação de uma formação crítica, que se explica por fundamentar aprendizagens e mediações pedagógicas em diálogo com a educação profissional, propiciando aos residentes momentos de reflexão, análise e interpretação da realidade concreta.

Nas intervenções experimentadas, identifica-se que “[...] há relação mútua entre o indivíduo e as possibilidades de conhecer, de aprender, por ser um elo que se coloca entre aquele que aprende e aquilo que é construído e mobilizado a partir da aprendizagem.” (Paixão, 2015, p.21).

De acordo com Japiassu (1992, p. 15), as perspectivas teóricas que privilegiam esse tipo produção de conhecimento, consideram saberes plurais e interligados, em suas diferentes formas “[...] sistematicamente organizados e suscetíveis de serem transmitidos por um processo pedagógico de ensino, podendo ser aplicado à aprendizagem de ordem prática (saber fazer, saber técnico...) e, ao mesmo tempo, às determinações de ordem propriamente intelectual e teórica.”

Enfim, o PRP no IFRN, enquanto programa de fomento à formação inicial de residentes, conecta a ciência da educação com a tecnologia e a cultura, e articula

os conhecimentos específicos e os da didática-pedagógica-epistemológica apreendida pelos licenciandos com a vivência em sala de aula, de modo inseparável, significando dizer que toda produção de conhecimento requer uma percepção e um posicionamento em relação à realidade concreta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PRP, concebido pela Capes, é um Programa de fomento de formação de professores que interessa, particularmente, ao IFRN, por apresentar sintonia com as intencionalidades institucionais dos cursos de licenciatura.

Destacadamente, o Programa é importante para o IFRN por vislumbrar o benefício tanto dos licenciandos desses cursos quanto das escolas públicas do Estado do Rio Grande do Norte, no que concerne ao cumprimento de sua função social e a ampliação das aprendizagens práticas por meio da imersão dos licenciados residentes em vivências sistemáticas, inovadoras e temporárias nas salas de aula.

O PI/IFRN concebido para a materialidade do PRP compreende que deve haver a articulação entre as suas intenções gerais e as intenções específicas de cada subprojeto, pois é somente por meio do diálogo entre elas que haverá a efetividade dos objetivos precípuos delineados no campo da práxis da formação docente emancipadora.

As intencionalidades dos estágios supervisionados obrigatórios do IFRN se aproximam intensamente das intencionalidades do PRP, uma vez que em ambos está previsto a imersão do estudante em escola-campo, ainda durante a formação inicial, oportunidade em que, no caso do PRP, o residente realiza contato com a cultura e o contexto político, social e cultural da referida escola.

Nesse sentido, os residentes refletem e praticam alternativas de trabalho docente visando o aprimoramento do processo ensino e aprendizagem. O PRP do IFRN, a exemplo do que já se propõe na dinâmica do estágio supervisionado, almeja estreitar os laços entre o próprio Instituto e as escolas públicas da Rede Estadual do Rio Grande do Norte, promovendo uma articulação de benefícios científicos-pedagógicos mútuos.

Por fim, o fomento proveniente do PRP possibilitou importantes auxílios para a realização com permanência e êxito dos estudantes selecionados na fase do estágio supervisionado do IFRN, pois viabilizou melhores condições de estudo e de vivências prática para os residentes no âmbito do Programa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. **Portaria nº 82, de 26 de abril de 2022**. Dispõe sobre o regulamento do Programa Residência Pedagógica - PRP. Brasília, 2022a.

BRASIL. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. **Edital nº 24/2022**. Chamada Pública para apresentação de propostas no âmbito do Programa Residência Pedagógica. Brasília, 2022b.

IFRN. **Projeto institucional do Programa de Residência Pedagógica**. Natal, RN, 2022, mimeo.

JAPIASSU, Hilton Peneira. Introdução ao pensamento epistemológico. Rio de Janeiro: F. Alves, 1992.

IMBERNÓN, F. Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza. São Paulo: Cortez, 2000.

PAIXÃO, M. S. E. A prática do estágio e formação continuada e sua relação com os saberes docentes. XVI Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino, **Anais...** Campinas, SP, 2012.

PAIXÃO, M. S. E. Trajetórias construídas em caminhos (não) planejados: os sentidos formativos da escrita no Estágio Supervisionado Obrigatório do Curso de Pedagogia da UFMA. Tese de Doutorado. Natal, 2015.

PIMENTA, S. G. (Org). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência: diferentes concepções. **Revista Poiésis**, vol. 3, n. 3 e 4, p.5-24, 2005/2006.

SACRISTÁN, J. G. Tendências investigativas na formação de professores. In:

PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (Orgs). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.